

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

### **RECURSO Nº 1, DE 1999 (CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA EM QUESTÃO DE ORDEM)**

Recorre, nos termos do art. 57, inciso XXI, do Regimento Interno, contra decisão da Presidência em questão de ordem formulada a propósito de lista de presença do painel eletrônico durante a votação do PLP nº 249/98.

Autores: Deputado MARCELO DÉDA e  
MIRO TEIXEIRA

Relator: Deputado PAULO MAGALHÃES

## **I - RELATÓRIO**

Em sessão de 27 de janeiro de 1999, o ilustre Deputado Marcelo Déda levantou Questão de Ordem alegando que havia no painel eletrônico nomes de Deputados ausentes marcados como presentes e, alegando mais, que o Regimento Interno, em seu art. 187, § 4º, prevê que, quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados.

A Presidência indeferiu a Questão de Ordem sob o fundamento de que a listagem contestada no painel não era a daquela sessão, pelo que não via razão para considerar o sistema inválido.

Irresignado, o Deputado Marcelo Déda, secundado pelo Deputado Miro Teixeira, interpôs o presente recurso, remetendo-o a Presidência a esta Comissão para exame, nos termos regimentais.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O problema em exame centra-se no fato de estar ou não o sistema eletrônico em condições de funcionamento. Quer nos parecer que à Presidência – que tem sob seu comando a área técnica a quem cabe a manutenção do sistema – cabe a palavra sobre as condições de funcionamento do sistema, ancorado na área técnica competente, segundo se depreende das palavras do Sr. Presidente, a folhas 7, 16, 21 e 31 do presente processo.

Decidido por quem de direito as condições de funcionamento do sistema eletrônico, não é aplicável ao caso o art. 187, § 4º, do Regimento Interno.

Diante do exposto, votamos pelo não-provimento do Recurso nº 1, de 1999.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputado PAULO MAGALHÃES  
Relator